

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

Cód. AA06 – CONTADOR JÚNIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1. São consideradas Variações Patrimoniais Ativas independentes de Execução Orçamentária:
 - (A) Cobrança da Dívida Ativa e Ágio sobre Ações.
 - (B) Cancelamento da Dívida Ativa e Alienação de Títulos e Valores.
 - (C) Alienação de Bens e Desincorporação de Bens.
 - (D) Incorporação de bens e Inscrição de Dívida Ativa.
 - (E) Desincorporação de Bens e Cobrança da Dívida Ativa.
2. A Prefeitura Municipal adquiriu um edifício, já pronto, para instalação de um determinado serviço público. Essa despesa constitui:
 - (A) Investimento.
 - (B) Inversão Financeira.
 - (C) Obras Públicas.
 - (D) Equipamentos e Instalações.
 - (E) Despesas Correntes.
3. Constituem fontes das Receitas Públicas:
 - (A) Receitas Derivadas e Receitas Complementares.
 - (B) Receita Patrimonial e Receitas Consolidadas.
 - (C) Receita Tributária e Receitas Complementares.
 - (D) Receita Extraordinária e Receita Judicial.
 - (E) Receita Tributária e Receita Patrimonial.
4. A Dívida Pública contraída a curto prazo para fazer face a despesas imediatas de Caixa denomina-se:
 - (A) Dívida Flutuante.
 - (B) Dívida Consolidada.
 - (C) Dívida Fundada.
 - (D) Dívida Suplementar.
 - (E) Dívida Ativa.
5. O estágio da Despesa Pública que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo como base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito é:
 - (A) Pagamento de Despesa.
 - (B) Empenhamento de Despesa.
 - (C) Liquidação da Despesa.
 - (D) Contabilização de Despesa.
 - (E) Classificação da Despesa.
6. As Despesas Públicas empenhadas e não liquidadas no prazo legal denominam-se:
 - (A) Restos a Pagar.
 - (B) Dívida Ativa.
 - (C) Despesas Pendentes.
 - (D) Despesas Complementares.
 - (E) Despesas Orçamentárias.

7. Os Créditos Adicionais Suplementares são aqueles:
- (A) criados especialmente para despesas não previstas na Lei Orçamentária.
 - (B) transferidos de uma Gestão para outra.
 - (C) utilizados para despesas não previstas e realizadas no exercício.
 - (D) criados para despesas não previstas na Proposta Orçamentária.
 - (E) utilizados quando ocorrer insuficiência de dotação orçamentária no Orçamento Público.
8. O tributo exigido do proprietário de imóvel valorizado em consequência da construção de uma obra pública é:
- (A) Imposto Sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis.
 - (B) Taxa para prestação de serviço.
 - (C) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - (D) Contribuição de Melhoria.
 - (E) Imposto Patrimonial.
9. O Orçamento Público é:
- (A) Projeto de Lei.
 - (B) Lei Orçamentária.
 - (C) Proposta Orçamentária.
 - (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) Lei de Responsabilidade Fiscal.
10. Na Contabilidade Pública, constituem contas do Ativo Financeiro:
- (A) Duplicatas a Pagar e Tesouraria.
 - (B) Bancos e Fornecedores.
 - (C) Duplicatas a Receber e Duplicatas a Pagar.
 - (D) Fornecedores e Duplicatas a Receber.
 - (E) Bancos e Tesouraria.
11. A Despesa Pública é classificada nas seguintes Categorias Econômicas:
- (A) Despesas com Pessoal e Despesas Financeiras.
 - (B) Despesas de Administração Direta e Despesas Administrativas Indiretas.
 - (C) Despesas Correntes e Despesa de Capital.
 - (D) Transferências Correntes e Despesas Financeiras.
 - (E) Transferências Públicas e Despesas Correntes.
12. O tributo que tem por hipótese de incidência uma atuação estatal relacionada ao contribuinte denomina-se:
- (A) Imposto.
 - (B) Taxa.
 - (C) Contribuições.
 - (D) Tarifa.
 - (E) Preço Público.

Através das informações abaixo, responder as questões n.ºs 13 e 14.

A Prefeitura Municipal recebeu as seguintes taxas com seus respectivos valores:

- Taxa de expediente.....R\$ 60,00.
- Taxa de remoção de lixo.....R\$ 90,00.
- Taxa para publicidade.....R\$ 100,00.
- Taxa para conservação de vias.....R\$ 750,00.
- Taxa para pavimentação e guias.....R\$ 980,00.
- Taxa para funcionamento em horário especial.....R\$ 380,00

13. O montante recebido correspondente à Taxa pela Prestação de Serviços é de:
- (A) R\$ 1.880,00.
 - (B) R\$ 1.820,00.
 - (C) R\$ 1.360,00.
 - (D) R\$ 1.730,00.
 - (E) R\$ 1.230,00.
14. O montante recebido correspondente à Taxa para Exercício Regular de Poder de Polícia é de:
- (A) R\$ 540,00.
 - (B) R\$ 1.000,00.
 - (C) R\$ 1.360,00.
 - (D) R\$ 850,00.
 - (E) R\$ 480,00.
15. Compete à Contabilidade Pública destacar os fatos ligados à Administração:
- (A) Financeira, Industrial, Comercial e Patrimonial.
 - (B) Orçamentária, Comercial, Tributária e Industrial.
 - (C) Tributária, Comercial, Industrial e Comercial.
 - (D) Patrimonial, Orçamentária, Financeira e Industrial.
 - (E) Comercial, Patrimonial, Financeira e Tributária.
16. Na Contabilidade Pública, o código indicativo para classificação de Obras e Instalação é:
- (A) 3120.
 - (B) 4120.
 - (C) 4110.
 - (D) 3130.
 - (E) 4130.
17. Assinale a afirmativa correta:
- (A) na Contabilidade Pública, a conta Tesouraria será sempre credora.
 - (B) a Proposta Orçamentária é uma Lei Orçamentária.
 - (C) na Contabilidade Pública, Dívida Ativa corresponde aos compromissos do Poder Público.
 - (D) na Contabilidade Pública, a Dívida Ativa corresponde às receitas lançadas e não arrecadadas no exercício de lançamento.
 - (E) na Contabilidade Pública, Restos a Pagar são as despesas pagas no exercício.
18. A classificação funcional programática será atípica quando:
- (A) função, programa e sub-programa não pertencem ao mesmo grupo classificatório.
 - (B) somente função e sub-programa pertencem ao mesmo grupo classificatório.
 - (C) somente programa e sub-programa pertencem ao mesmo grupo classificatório.
 - (D) função e programa não estejam em consonância com a classificação por categoria econômica.
 - (E) somente a função esteja em consonância com a classificação por categoria econômica.
19. De conformidade com a classificação de Despesa por Categoria Econômica, pertencem ao grupo 313200:
- (A) despesas com locação de imóveis e despesas com artigos de expediente.
 - (B) despesas com FGTS e encadernação.
 - (C) despesas com passagens e despesas com a prestação de serviços para estudantes na condição de estagiários.
 - (D) despesas com transporte de pessoas e artigos de conservação.
 - (E) despesas com assinatura de jornais, fretes e carretos.

20. Constituem função dentro da classificação funcional programática:

- (A) Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo e Política Exterior.
- (B) Defesa Nacional, Comunicações e Processo Legislativo.
- (C) Administração e Planejamento, Agricultura e Telecomunicação.
- (D) Trabalho, Transporte e Comunicação.
- (E) Assistência e Previdência, Saúde e Ensino Fundamental.

21. São consideradas Receitas de Capital:

- (A) Alienação de Bens Imóveis, Investimentos e Restituição.
- (B) Alienação de Bens Móveis, Operações de Crédito Internas e Externas.
- (C) Operações de Créditos Externos, Receita de Dívida Ativa e Indenizações.
- (D) Restituição, Dívida Ativa e Restos a Pagar.
- (E) Alienação de Títulos Mobiliários, Tarifas de Pedágio e Arrendamentos.

22. A legislação em vigor determina que a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo apenas para:

- (A) abrir Créditos Adicionais Extraordinários até certo percentual de Orçamento e conceder auxílio à Entidades com fins lucrativos.
- (B) abrir Créditos Adicionais até determinado valor e realizar empréstimos por antecipação de Receita para pagar despesas de infra-estrutura do município.
- (C) abrir Créditos Extraordinários para despesas imprevistas e realizar Operações de Crédito por Receitas de exercícios anteriores, para fazer face a despesas imediatas de Caixa.
- (D) abrir Crédito Adicional Especial sem limite de valor e realizar empréstimos junto ao Banco Central.
- (E) abrir Créditos Suplementares até determinada importância e realizar Operações de Crédito por antecipação de receita dentro do exercício financeiro.

23. Constituem princípios orçamentários:

- (A) Unidade, Universalidade e Anualidade.
- (B) Exclusividade, Temporalidade e Unidade.
- (C) Anualidade, Temporalidade e Publicidade.
- (D) Publicidade, Exclusividade e Temporalidade.
- (E) Clareza, Exatidão e Temporalidade.

24. O saldo credor da conta Tesouraria:

- (A) pode ocorrer em casos de fornecimento de valores a funcionários.
- (B) pode ocorrer nos casos de omissão de escrituração de compras.
- (C) é inadmissível numa contabilização correta e regular.
- (D) pode ocorrer quando houver lançamento em duplicidade de recebimento a prazo.
- (E) é inadmissível, pois será sempre devedora, considerando-se que os recebimentos deverão sempre ser menores que os pagamentos.

25. O instrumento de grande importância para o disciplinamento na utilização dos recursos disponíveis na Unidade Orçamentária denomina-se:

- (A) Programa Orçamentário de Trabalho.
- (B) Programa Plurianual de Investimentos.
- (C) Programa Especial Financeiro.
- (D) Programa Financeiro de Investimentos.
- (E) Programação Financeira de Desembolso.

- 26.** A legislação em vigor determina que a verificação de legalidade dos autos de execução orçamentária seja:
- (A) prévia, contínua e persistente.
 - (B) prévia, sistemática e temporal.
 - (C) prévia, temporal e auditada.
 - (D) prévia, concomitante e subsequente.
 - (E) prévia, auditada e contínua.
- 27.** É missão precípua da Contabilidade fornecer relatórios sobre:
- (A) Custos dos Serviços Executados, Execução Orçamentária e as Metas do Serviço de Engenharia.
 - (B) Posição Financeira, Obras em andamento e Objetivos da Administração.
 - (C) Composição do Orçamento, Composição do Patrimônio e Escolha de Entidades Sociais para serem subvencionadas.
 - (D) Comparativo de Receita lançada com a arrecadação; Políticas adotadas e Estratégias Governamentais.
 - (E) Execução Orçamentária, Posição Financeira, Composição do Patrimônio.
- 28.** O Balanço que demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas é:
- (A) Balanço Orçamentário.
 - (B) Balanço Financeiro.
 - (C) Balanço Patrimonial.
 - (D) Balanço de Orçamento e Finanças.
 - (E) Balanço de Compensação.
- 29.** Os resultados gerais do exercício financeiro serão demonstrados através de;
- (A) Balanço Financeiro, Balanço Industrial e Balanço Patrimonial.
 - (B) Balanço Orçamentário, Balanço Industrial, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro.
 - (C) Balanço Financeiro, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário e Balanço Industrial.
 - (D) Balanço Comercial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Balanço Industrial.
 - (E) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo das Variações Patrimoniais.
- 30.** A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará:
- (A) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
 - (B) as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas com os saldos em espécie de exercício anterior e os quais transferem para o exercício seguinte.
 - (C) as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício.
 - (D) os bens, créditos e valores cuja mobilização depende de autorização legislativa.
 - (E) os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e valores numéricos.
- 31.** As prestações de Contas do Poder Executivo serão submetidas ao:
- (A) Poder Legislativo, com parecer prévio do Banco Central.
 - (B) Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Judiciário, com parecer prévio do Poder Legislativo.
 - (D) Poder Judiciário, com parecer prévio do Tribunal de Contas.
 - (E) Tribunal de Contas, com parecer prévio do Poder Legislativo.

32. Os totais apresentados pelo Balancete de Verificação demonstrarão:

- (A) que o montante dos débitos será igual ao montante de créditos, tendo em vista que a escrituração foi efetuada pelo Método das Partidas Dobradas.
- (B) que o montante dos créditos será maior que o montante dos débitos, considerando-se que houve recebimentos de Dívida Ativa.
- (C) que o montante dos débitos será maior que o montante dos créditos, tendo em vista o pagamento de Restos a Pagar, considerados extra-orçamentários.
- (D) que o montante dos valores credores e devedores nunca será igual, tendo em vista as contas de compensação.
- (E) que a somatória das contas devedoras e credoras nunca será igual, considerando que a escrituração foi efetuada pelo Método das Partidas Dobradas.

33. Pertencem ao Grupo Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial

- (A) Dívida Fundada Interna e Débitos de Tesouraria.
- (B) Bens Móveis e Utensílios e Restos a Pagar.
- (C) Serviços da Dívida a Pagar e Restos a Pagar.
- (D) Dívida Fundada Externa e Tesouraria.
- (E) Caução de Concorrência Pública e Bens de Natureza Indeterminada.

34. Assinalar a alternativa correta que corresponde às contas Classificáveis nas Variações Ativas, independentes da Execução Orçamentária:

- (A) Cobrança de Dívida Ativa e Investimento.
- (B) Empréstimos Concedidos e Alienação de Bens.
- (C) Receita de Contribuições e Inversões Financeiras.
- (D) Inscrição da Dívida Ativa e Incorporação de Bens recebidos em doação.
- (E) Cancelamento de Dívidas Passivas e Despesas de Capital.

Através das informações abaixo, assinalar a alternativa correta referente ao lançamento de Contabilidade Pública das questões n. **35** e **36**.

35. Recebimento de IPTU, ISS e Multas.

- (A) Tesouraria
a Diversos
a Receita Tributária
a Outras Receitas Correntes
- (B) Tesouraria
a Diversos
a Receita Patrimonial
a Receita Tributária
- (C) Tesouraria
a Diversos
a Transferências Correntes
a Outras Receitas Correntes
- (D) Tesouraria
a Diversos
a Receita de Serviços
a Receita Tributária
- (E) Tesouraria
a Diversos
a Receita Patrimonial
a Receitas Diversas

36. Pagamento de Bolsa de Estudos e Iluminação Pública:

- (A) a Diversos
a Tesouraria
a Administração e Planejamento
a Trabalho
- (B) a Diversos
a Tesouraria
a Assistência e Previdência
a Habitação e Urbanismo
- (C) a Diversos
a Tesouraria
a Educação e Cultura
a Habitação e Urbanismo
- (D) a Diversos
a Tesouraria
a Desenvolvimento Regional
a Educação e Cultura
- (E) a Diversos
a Tesouraria
a Comunicação
a Indústria, Comércio e Serviços.

37. As codificações da Classificação Funcional Programática 0308033 e 1376456 correspondem, respectivamente, às despesas efetuadas com:

- (A) Educação e Cultura e Habitação e Urbanismo.
- (B) Administração e Planejamento e Saúde e Saneamento.
- (C) Saúde e Saneamento e Defesa Nacional e Segurança Pública.
- (D) Indústria, Comércio e Serviços e Assistência e Previdência.
- (E) Trabalho e Transporte.

38. Assinale a alternativa correta que demonstre a ocorrência do Prévio Empenho:

- (A) Data da emissão de Nota de Empenho: 14.02.2002.
Data da Nota Fiscal: 03.04.2002.
- (B) Data da Nota Fiscal: 10.01.2002.
Data do Pagamento: 10.04.2002.
- (C) Data do Empenho: 12.03.2002.
Data do Pagamento: 10.02.2002.
- (D) Data de Nota Fiscal: 25.03.2002.
Data do Empenho: 03.04.2002.
- (E) Data do Empenho: 20.02.2002.
Data do Pagamento: 04.04.2002.

Dada a distribuição de frequência abaixo, responder as questões de n.ºs 39 e 40

	Fi
0 — 3	4
3 — 6	8
6 — 9	9
9 — 12	7
12 — 15	6

39. A Mediana é:

- (A) 6,72.
- (B) 7,47.
- (C) 5,74.
- (D) 7,72.
- (E) 6,39.

40. A Moda é:

- (A) 7,51.
- (B) 7,47.
- (C) 7,36.
- (D) 7,82.
- (E) 7,38.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Será desconsiderado pelo fisco eventual diferença ocorrida ao final da apuração do ISSQN ou na verificação do recolhimento de tributos, multas, correção monetária e demais acréscimos legais, desde que o valor total seja igual ou inferior a:

- (A) R\$ 3,00.
- (B) R\$ 1,00.
- (C) R\$ 5,00.
- (D) R\$ 10,00.
- (E) R\$ 15,00.

42. O contribuinte, sujeito ao lançamento por homologação, fará o recolhimento do ISSQN de conformidade com os seguintes regimes:

- (A) Regime de Apuração Trimestral e Regime de Estimativa.
- (B) Regime de Apuração Anual e Regime de Estimativa.
- (C) Regime de Apuração Mensal e Regime de Estimativa.
- (D) Regime de Estimativa e Regime de Apuração Semanal.
- (E) Regime de Estimativa e Regime de Apuração Quinzenal.

43. As isenções ou quaisquer outros benefícios ou incentivos fiscais relacionados ao ISSQN serão concedidos ou revogados através de:

- (A) Lei específica de iniciativa do Poder Legislativo.
- (B) Lei específica de iniciativa do Poder Legislativo com aval do Poder Executivo.
- (C) Lei específica de iniciativa do Poder Judiciário.
- (D) Lei específica de iniciativa do Poder Executivo.
- (E) Lei específica de iniciativa do Poder Judiciário com aval do Poder Executivo.

44. Estão isentos do ISSQN os profissionais autônomos que prestam serviço exclusivamente sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte:

- (A) Mecânica e manicures.
- (B) Tapeçaria e Jardinagem.
- (C) Serviço de Táxi e médicos veterinários.
- (D) Serviço de Digitação e barbeiros
- (E) Perícias e Avaliações de bens.

- 45.** É facultado à Administração Tributária Municipal conceder desconto especial para a hipótese de pagamento de IPTU em conta única, sendo esse desconto limitado a:
- (A) 5% (cinco por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (B) 10% (dez por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (C) 9% (nove por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (D) 3% (três por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (E) 15% (quinze por cento) do valor nominal do tributo lançado.
- 46.** Estão isentos do recolhimento do IPTU:
- (A) O ex-combatente de Revolução Constitucionalista de 1942.
 - (B) O proprietário de imóvel com área total construída não superior a 100 metros quadrados.
 - (C) O proprietário de um imóvel cujo valor venal não ultrapasse a R\$ 35.000,00.
 - (D) O aposentado ou pensionista proprietário e com residência no imóvel.
 - (E) O proprietário de um imóvel com renda mínima de 02 salários mínimos.
- 47.** Determinada Lei Municipal prevê que os médicos pediatras que instalarem os seus consultórios na periferia da cidade estão isentos do pagamento do ISSQN. Essa hipótese configura:
- (A) Isenção Condicionada
 - (B) Imunidade Tributária.
 - (C) Isenção Temporária.
 - (D) Imunidade Condicionada.
 - (E) Imunidade Ocasional.
- 48.** O ITBI – Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis não incide:
- (A) na compra e venda de imóveis.
 - (B) na aquisição por usucapião.
 - (C) na permuta.
 - (D) na servidão.
 - (E) na arrematação.
- 49.** Está sujeita à incidência e pagamento da TFA – Taxa de Fiscalização de Anúncios.
- (A) os anúncios de entidades sindicais.
 - (B) letreiros destinados à orientação do público.
 - (C) os anúncios contendo publicidade de produtos de consumo corrente.
 - (D) os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos.
 - (E) os anúncios de sociedades beneficentes.
- 50.** A base de cálculo do IPTU é:
- (A) Valor de Venda do Imóvel.
 - (B) Valor Venal do Imóvel.
 - (C) Valor de Compra do Imóvel.
 - (D) Valor Patrimonial do Imóvel.
 - (E) Valor Definitivo do Imóvel.